

Diplomacia sem rumo

Viagem de Collor à África revive terceiro-mundismo e expõe falta de rumo da política externa brasileira

A data da largada (7 de setembro) é simbólica. o programa é apertado (quatro países em uma semana) e os objetivos são nulos. Mais ainda, em sua viagem à África, o presidente Fernando Collor leva uma bandeira velha, a do terceiro-mundismo, uma das mais sólidas e persistentes obsessões da diplomacia brasileira — exatamente a filosofia que o presidente prometeu enterrar quando anunciou sua opção preferencial pelos países ricos, ainda antes da posse. Disposto a consumir sete dias (três a mais do que em sua visita aos Estados Unidos) em andanças por Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue, Collor foi colocado na posição do pintor que aplica uma nova demão de tinta no Frankenstein da velha política externa brasileira. O efeito se produz mais por inércia do que por intenção programada. Se a nova política rumo ao Primeiro Mundo tivesse decolado, a visita ao Quarto Mundo passaria por uma hábil jogada diplomática, um gesto de boa vontade em direção a países com potencial, ainda que distante, para relações comerciais. Como o avião continua taxiando na pista, deixa a impressão de uma inutilidade que não se conseguiu evitar.

O presidente está decepcionado com a resposta dos países do Primeiro Mundo aos seus acenos e foi com esses pensamentos amargos que se preparou para embarcar. Mas o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, insiste que o périplo africano não é uma reação ranheta à porta entrefechada pelos ricos. Alimentadas por resultados infrutíferos e leituras de fim de semana, as queixas contra os países ricos tomaram impulso no último mês, enquanto a viagem à África estava marcada havia cerca de um ano. Com todo realismo, garante Rezek, pois "não temos nenhuma ilusão comercial".

O bom relacionamento com os países africanos, que motivou a ida de Collor a quatro países cujos produtos nacionais brutos somados não chegam a um terço da economia de Minas Gerais, é fruto da mais intensa mobilização da história recente do Itamaraty, que nos anos 70 empenhou todos os seus recursos para implantar embaixadas e conquistar mercados na África. Os resultados ficaram à altura da pobreza do continente: os negócios com a

Nigéria, por exemplo, caíram de 2 bilhões de dólares em 1985 para 180 milhões de dólares em 1990. "O Brasil deu especial ênfase aos países a que Washington e Moscou não davam muita atenção", comentou com a correspondente Flávia Sek-

les um veterano diplomata americano. "Em Washington isso se tornou conhecido como *política da barata*, que consiste em se dedicar a catar as migalhas de outros."

No Muro — Diante dos rumos erráticos da diplomacia brasileira, a atual fase pode ficar conhecida como política da barata tonta. Ao tomar posse, Collor sugeriu uma guinada na política externa — em vez de disputar as sobras do banquete dos ricos, o país deveria batalhar por uma vaga entre os convidados à mesa, ainda que num cantinho. "Melhor ser o último do Primeiro Mundo que o primeiro do Terceiro", postulou Collor, no início do seu mandato.



Com Bush, na visita à Casa Branca em junho, Collor se comportou no melhor figurino do Primeiro Mundo e arrancou elogios públicos de Bush. Em particular, "voltou decepcionado com o baixo nível de estima do Brasil", diz um ex-funcionário do governo americano

Com Fidel, com quem se encontrou em julho, no México, Collor tirou do fundo do baú a velha retórica terceiro-mundista do Itamaraty: criticou os países ricos, ofereceu ajuda a Cuba e condenou as pressões por mudanças na ilha do comunismo



Nos encontros com Menem, o Itamaraty identifica grandes sucessos diplomáticos: assinou um acordo nuclear e acertou os ponteiros para o Mercosul, a área de livre comércio entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai

De lá para cá, sua estratégia enveredou por tantos desvios e retrocessos que, em certas ocasiões, pareceu seguir duas direções diferentes ao mesmo tempo. Em junho, reuniu-se com o presidente George Bush, em Washington, e se comportou no melhor figurino primeiro-mundista. Foi bem tratado por Bush, mas, segundo a definição de um ex-funcionário do governo americano, atualmente na comunidade acadêmica, voltou decepcionado: "Ele não sabia que o Brasil tinha chegado a um nível tão baixo. A imagem do Brasil no exterior atingiu um fundo do poço histórico". No mês seguinte, na reunião dos países ibero-americanos no México, Collor sacou inesperada munição terceiro-mundista e alvejou com críticas pesadas o Grupo dos Sete, que inclui os países mais prósperos do mundo, reunidos, no mesmo período, em Londres. De quebra, confraternizou com Fidel Castro, oferecendo ajuda a Cuba e repelindo as pressões por mudanças na ilha do comunismo.

A mesma sensação de que o piloto sumiu foi notada durante a crise do Golfo Pérsico, quando a relutância brasileira em tomar posição beirou a neutralidade. Se o Iraque tivesse vencido a guerra, teria sido ótimo. Diante dos resultados, a impressão que se instalou "foi a de que o Brasil ficou por fora", diz um diplomata americano, completando: "A Argentina mandou dois navios, que não serviram para nada, mas firmou posição".

Até nos episódios mais insignificantes, ficou a imagem da relutância. Em março, a embaixada americana em Brasília conseguiu arrancar do Itamaraty, depois de muito esforço, a condenação do derramamento de petróleo promovido pelo Iraque no litoral do Kuwait. Mas o texto do comunicado fazia tantos rodeios que o único condenado era o próprio petróleo, como se tivesse "jorrando da estratosfera", exemplifica o diplomata. "Ficar em cima do muro foi um desastre", lamenta o ministro das Relações Exteriores do governo Sarney, Abreu Sodré.

"APOSTAS ERRADAS" — A diplomacia de alta tonalidade exigida durante a guerra do Golfo lançou o foco dos holofotes sobre o Itamaraty. O que se viu, então, foi uma casa ainda fidalga, mas corroída pela decadência. Para o governo americano, é conveniente empurrar a culpa em cima da "Casa", como o Ministério das Relações

Exteriores é chamado na intimidade. "Collor gostaria de ter uma política moderna, mas o Itamaraty é uma instituição ultrapassada", diz um funcionário do Departamento de Estado. "O pessoal é excelente, mas o que eles aprendem está superado." Há três semanas, quando a frustrada tentativa de golpe de Estado detonou a fulminante crise que sepultou a União Soviética, o Itamaraty impôs seu próprio ritmo à reação brasileira. "A precipitação poderia prejudicar o processo político na URSS", afirma o ministro Rezek, que só reconheceu a independência dos Estados bálticos na quarta-feira passada, quando mais de cinquenta países já tinham tomado essa posição.



Rezek: receio de "prejudicar o processo político na URSS"

Para tentar a atualização do Itamaraty, seu atual secretário-geral adjunto, Eduardo Hosannah, já tem pronto o esboço da reforma que substituirá os departamentos geográficos, modelo anos 60, por divisões por temas, como faz o Departamento de Estado americano. A mudança pretende tornar mais rápida a abordagem de temas da atualidade, como ecologia e narcotráfico. Não há certeza, contudo, de que a mudança seja suficiente para tirar as polainas e colocar a "Casa" no mundo contemporâneo. "O Itamaraty se especializou em seguir pistas falsas e apostas erradas", espeta o ex-embaixador e deputado Roberto Campos, do PDS fluminense.

"Injustiça" — protestam os diplomatas mais ligados à elaboração da política externa brasileira. Jório Dauster, veterano negociador da dívida externa e recém-nomeado embaixador junto à Comunidade Econômica Européia, rebate as críticas ao Itamaraty com uma lista de êxitos

internacionais do governo Collor. O mais importante, segundo ele, foi o acordo para a criação de uma área de livre comércio com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai — o Mercosul, que deverá começar a funcionar em 1995. Também com a Argentina, o Brasil assinou um tratado sobre energia nuclear que elimina o risco de uma corrida armamentista na região. Outro acerto listado é a mudança de posição do país na espinhosa questão do meio ambiente. "Passamos de uma posição defensiva para uma abordagem positiva", afirma Dauster.

VESPEIRO — "Collor introduziu uma agenda positiva e melhorou a qualidade do diálogo", concorda um funcionário do Departamento de Estado. Entre os pontos positivos, sobressaem atitudes como a de abrandar a reserva de informática e reduzir as taxas de importação. O que chateia o governo Collor é que a contrapartida americana não tenha sido o afluxo de investimentos estrangeiros no país e que alguns produtos brasileiros continuem sendo sobretaxados nos Estados Unidos e na Europa. "São dois pesos e duas medidas", reclama Rezek.

Na semana passada, sob o tom elegante dos diplomatas em serviço, a "Casa" era um vespeiro, com boatos de que o cargo do ministro das Relações Exteriores seria usado numa eventual barganha na formação de um governo de coalizão. O ministro está aborrecido com

as críticas que recebe e atormentado pela insinuação de que a política externa é, de fato, decidida no gabinete do secretário-geral do Palácio do Planalto, embaixador Marcos Coimbra, cunhado de Collor e amigo íntimo de Eduardo Hosannah, o terceiro homem na hierarquia do Itamaraty. "Trata-se de uma lenda", exaspera-se Rezek. "Como se pode combater uma lenda?" Com a tradicional prudência dos juristas, cercado por uma burocracia pesada e atrapalhado pela orientação errática do homem a quem compete definir a política externa — o presidente —, fica difícil combater lendas ou conduzir a diplomacia. Sobra para o Itamaraty. "Washington acredita que Collor gostaria de ter uma influência mais decisiva, mas não tem o apoio necessário do Itamaraty", afirma um diplomata americano. "Mas ele admitiria ter um chanceler forte o suficiente para assumir esse papel? Collor tende a se rodear de ministros fracos." ■